

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE CAMPUS CEARÁ-MIRIM**

TERMO DE REFERÊNCIA COMPRAS DE TIC – LEI 14.133/2021

(Processo Administrativo nº 23516.000562.2024-24)

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos computacionais para utilização no curso de Jogos Digitais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ceará-Mirim, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador de alto desempenho (Desktop de alto desempenho com processador Intel i7- 14700 da 14 geração ou mais recente, ou AMD Ryzen 7 7800X3D ou mais recente, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 núcleos lógicos, 32GB de memória RAM DDR5 5600MT/s, Placa de Vídeo Dedicada com suporte a raytracing NVIDIA GeForce RTX 4060 8GB GDDR6 ou superior, dispositivo de armazenamento sólido (SSD) NVMeM.2 de 1TB, WiFi 6E (802.11ax) 2x2, Rede local com fio (LAN) Ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps, com Bluetooth 5 ou mais recente, Teclado USB, Mouse USB, fonte de alimentação do fabricante com 460W ou 750W de potência e certificação 80 Plus Gold ou superior, 3 anos de garantia on site com o fabricante)	457184	UNIDADE	30	60	R\$ 11.256,67	R\$ 675.400,20
2	Monitor Full HD, QHD ou 4k de 21" a 27" (Monitor de 21" a 27" com resolução Full HD, QHD ou 4K, com taxa de atualização mínima de 60 Hz, com ao menos 1 saída DisplayPort e 1 saída HDMI). Outros itens incluídos: Webcam, alto falante e saída de fone de ouvido.	451815	UNIDADE	30	60	R\$ 1.534,12	R\$ 92.047,20
NÃO ASSOCIADO A LOTE/GRUPO							
3	Computador de alto desempenho (Notebook de alto desempenho com processador Intel	613702	UNIDADE	2	10	R\$ 11.799,65	R\$ 117.996,50

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÕES DE TIC - LICITAÇÃO

i9 da 13 geração ou mais recente, ou AMD Ryzen 9 7845HX ou mais recente, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 núcleos lógicos, mínimo de 32GB de memória RAM DDR5 5600MT/s, com possibilidade de expansão, Placa de Vídeo Dedicada com suporte a raytracing, equivalente ao modelo da NVIDIA GeForce RTX 4060 8GB GDDR6 ou superior, dispositivo de armazenamento sólido (SSD), no padrão NVMe M.2 de 1TB, Wi-Fi 6E(802.11ax) 2x2, Rede local com fio (LAN) Ethernet RJ45 Gigabit 10/100 /1000 Mbps, com Bluetooth 5 ou mais recente, Teclado USB, Mouse USB, tela de no mínimo 15" com a seguinte configuração: QHD+ (2560 x 1600), 240Hz, 3ms, ComfortView Plus, NVIDIA G-SYNC + DDS, 100% DCI-P3, câmera FHD IR, fonte de alimentação do fabricante, deve ter o mínimo de: 2 portas Type-C™ (Thunderbolt™ 4.0, USB 4 Gen 2, DisplayPort 1.4 e fornecimento de energia de 15 W (3A /5V)), 1 USB Type-A 3.2 de 1ª geração, 1 porta de saída HDMI 2.1, 1 Mini. DisplayPort 1.4, 1 porta de entrada de energia /CC, 1 porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração com PowerShare, 1 entrada global para headset, sistema operacional windows 11 Pro para empresas em português Brasil, bem como fornecer 3 anos de garantia on site com o fabricante)						
---	--	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133, de 2021).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços e poderá ser prorrogado, por igual período, na forma do artigo 84 da lei 14.133, de 2021.

1.5. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) visto que a contratação se enquadra nas possibilidades previstas no Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, especificamente os incisos II e V.

1.5.1. II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

1.5.2. V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

1.6. Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que atendam aos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pelos seguintes motivos:

3.1.1. O Curso Técnico Integrado em Programação de Jogos Digitais, do Campus Ceará- Mirim do IFRN, tem uma grande necessidade de atualização de seu parque tecnológico, especialmente quanto aos computadores dos laboratórios. Posto que a indústria de jogos digitais é diretamente afetada pelo avanço da tecnologia, ocasionando mudanças rápidas nos softwares utilizados para realizar o seu desenvolvimento. Tais mudanças exigem computadores com maior processamento, de forma a executar os novos programas satisfatoriamente.

3.1.2. O Laboratório de Jogos Digitais requer uma atualização urgente das máquinas utilizadas, uma vez que os computadores atuais, adquiridos há quase 10 anos, não atendem mais aos requisitos necessários ao desenvolvimento de jogos digitais, pois o desempenho do processador, da memória RAM, da placa de vídeo dedicada e dos dispositivos de armazenamento estão defasados em relação ao necessário para desenvolver jogos, especialmente no que tange as tecnologias modernas, como a realidade virtual. Existe também o grande problema de lentidão operacional (tempo necessário para os computadores abrirem os programas de desenvolvimento), onde geralmente são pesados e geram um grande volume de arquivos e dados para se trabalhar, mesmo em se tratando de jogos com requisitos baixos para o jogador, quando se trata do desenvolvimento, existe uma série de ferramentas que precisam estar ativas e, portanto, que exigem mais da máquina de forma a limitar drasticamente os tipos de aplicações possíveis de serem trabalhadas em sala de aula.

3.1.3. Nesse contexto, algumas soluções foram avaliadas: **1: Atualizar a capacidade gráfica das máquinas atuais:** Seria a aquisição de placas aceleradoras gráficas dedicadas (off- board), com uma configuração equivalente ao modelo NVIDIA GeForce RTX 4060. Entretanto, apesar das máquinas atuais utilizadas no laboratório de jogos digitais permitirem realizar uma atualização em sua capacidade gráfica através da aquisição de novas placas de vídeo, existem alguns problemas: devido ao tamanho menor do gabinete dos computadores, a seleção de placas de vídeo é reduzida, pois exige um formato menor do que o normalmente comercializado; além disso apenas processadores gráficos de baixo desempenho são comercializados nesse formato, o que poderia se traduzir em uma leve melhora no momento da execução dos projetos de desenvolvimento de jogos em termos de possibilitar o trabalho com gráficos 3D, mas este ganho seria bem limitado e sujeito a brevemente estar defasado em relação ao mínimo necessário requerido pela indústria para projetos mais avançados como de Realidade Virtual. Um outro problema que essa

solução traria, seria a quantidade máxima de memória RAM limitada (16 GB) e manter o mesmo processador, o que não alteraria o desempenho em termos de gerenciamento de arquivos, compilação de código, entre outros. **2: Computadores de baixo/médio desempenho:** Aquisição de computadores de baixo ou médio desempenho, que são especificados como aqueles que, apesar de poderem possuir um bom processador, tecnologia de armazenamento de dados e/ou alta capacidade de memória RAM, não contam com placa de vídeo dedicada ou, caso possuam, geralmente são placas gráficas com baixo desempenho, sem a implementação das tecnologias mais recentes como o Hardware Ray Tracing (circuito lógico especializado em calcular o traçado de raios, uma importante tecnologia recente para jogos 3D), ou mesmo suporte a Realidade Virtual. Neste caso os principais problemas para utilizar soluções desse tipo são a falta de compatibilidade com os programas de desenvolvimento que utilizam de tecnologias 3D mais avançadas, como Unity ou Unreal Engine, impossibilitando que o conteúdo previsto na grade curricular seja lecionado de forma minimamente satisfatória. **3: Computadores de alto desempenho:** Aquisição de computadores de alto desempenho, cuja especificação se caracteriza por oferecer um processador com uma alta quantidade de núcleos físicos e lógicos (geralmente Intel Core i7 ou AMD Ryzen 7 de última geração), tecnologia de armazenamento de alta velocidade (SSD NVMe), grande capacidade de memória RAM (32GB DDR5 ou mais) e uma placa de vídeo dedicada (Nvidia RTX 4060 ou equivalente, com no mínimo 8GB GDDR6) com suporte as tecnologias de Hardware Ray Tracing, Realidade Virtual e também processamento de Redes Neurais e Aprendizado de Máquina. Esta solução garante que todos os softwares necessários para o aprendizado em sala de aula das disciplinas do curso sejam executados de forma satisfatória, garantindo também que, devido ao seu alto desempenho, a sua vida útil seja mais extensa, fazendo com que tenham especificações técnicas relevantes para o desenvolvimento de jogos bem maior e por mais tempo do que a dos computadores atualmente disponibilizados no laboratório do curso. **4: Estação de trabalho corporativa:** Aquisição de estações de trabalho corporativa voltadas para atividades computacionais gráficas de alto desempenho, cuja exigência de uso esteja relacionada com atividades de desenvolvedores de jogos digitais. Para tanto são dotadas de processadores escaláveis de última geração (processadores Intel Xeon geralmente utilizados em servidores, equivalentes a Intel Core i7 ou AMD Ryzen 7); placa de vídeo com alta capacidade de memória (12GB ou mais), que também conta com suporte as tecnologias de Hardware Ray Tracing, Realidade Virtual, processamento de Redes Neurais e Aprendizado de Máquina; mínimo de 64 GB de memória RAM com Código de Correção de Erro (ECC); unidade de armazenamento de 1 TB na tecnologia NVMe; interface de rede de 1000/2500 Mbps; capacidade de comunicação wireless. Esta solução permitiria a utilização das ferramentas de desenvolvimento de jogos digitais mais modernas do mercado; viabilizando uma melhor adaptação dos nossos alunos à realidade das empresas que desenvolvem jogos e utilizam ferramentas gráficas, mas vale destacar que, devido as especificidades das aplicações corporativas para uma placa gráfica, o custo-benefício para executar jogos e a suite de desenvolvimento acaba sendo menor que o de uma placa gráfica de alto desempenho padrão.

3.1.4. A solução escolhida é a aquisição de computadores de alto desempenho.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- 3.2.1. ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000005/2024
- 3.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- 3.2.3. Id do item no PCA: 37
- 3.2.4. Classe/Grupo: 9999 – ITENS DIVERSOS
- 3.2.5. Identificador da Futura Contratação: 154838-90013/2023

3.3. O Objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OR2	Garantir a eficiência do gasto público -Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 (PDI)
GI4	Consolidar a gestão de TI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 (PDI)
ES1	Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019- 2026 (PDI)
ES3	Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 (PDI)

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
M18	Levantamento de necessidade de atualização dos equipamentos de Computação.	M18	Manter atualizados os equipamentos de computação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Os equipamentos listados neste documento serão utilizados especialmente em laboratórios/salas de aula, por professores da área e pelos discentes do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - Campus Ceará-Mirim.

4.1.2. Os equipamentos disponíveis no mercado e detalhados neste documento atendem plenamente às necessidades do IFRN – Campus Ceará-Mirim, possibilitando alcançar os resultados desejados dentro dos limites orçamentários estipulados. Nessa perspectiva, a equipe de planejamento busca adotar práticas com eficiência, respeito aos princípios da lei 14.133/2021 e conforme demais aspectos legais vinculados ao interesse de realizar um pregão eletrônico para a aquisição dos materiais indicados

4.1.3. A “Identificação das necessidades de negócio”, são:

4.1.3.1. Aquisição de computadores de alto desempenho que possibilitem a execução de programas desenvolvidores de jogos digitais, nos parâmetros do atual modelo consumido pelo mercado;

4.1.3.2. Melhoria no andamento das aulas, que atualmente sofrem com computadores com desempenho aquém do necessário para o desenvolvimento de jogos, promovendo defasagem tecnológica em função da inoperância de softwares mais "pesados";

4.1.3.3. 3 Possibilitar desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvam aplicações de jogos em 3D e Realidade Virtual.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021,

Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 \(Código de Defesa do Consumidor\)](#), e suas atualizações.

4.5.1. Além das informações indicadas no subitem anterior, também podem existir detalhes sobre a garantia dos produtos nas especificações apresentadas nas Condições Gerais da Contratação.

4.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.7. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.12. Na hipótese do subitem anterior, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativa pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição dos bens ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda de garantia dos equipamentos.

4.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.17. O fornecimento de equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.18. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.19. O Contratado deverá fornecer meios para o contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.20. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.21. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.21.1. Aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e de outras legislações vigentes relacionadas ao objeto deste documento.

Sustentabilidade

4.22. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.22.1. O Contratado deverá obedecer a critérios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, de setembro de 2023, bem como as demais atualizações, se assim houver;

4.22.2. Além do subitem mencionado acima, o fornecedor deverá cumprir as legislações vigentes relacionadas ao objeto desta contratação;

4.22.3. As diversas dimensões (sociais, ambientais e econômicas) relacionadas aos critérios de sustentabilidade em itens de Tecnologia da Informação incluem principalmente:

4.22.3.1. Preferência por materiais reciclados ou de fontes renováveis, visando reduzir impactos ambientais;

4.22.3.2. Utilização de fontes de energia renovável no processo de fabricação;

4.22.3.3. Redução das emissões de poluentes durante a produção;

4.22.3.4. Emprego de equipamentos com alto nível de eficiência energética;

4.22.3.5. Eliminação ou redução do uso de substâncias tóxicas e nocivas;

4.22.3.6. Práticas de responsabilidade social, garantindo condições de trabalho justas e seguras;

4.22.3.7. Implementação de tecnologias que minimizem o impacto ambiental durante a produção e uso dos materiais de TI, entre outros aspectos.

Subcontratação

4.23. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.24. 4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois as garantias necessárias para este objeto foram detalhadas nos subitens anteriores, bem como a especificação de cada item, conforme descrito nas condições gerais da contratação.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos estabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos bens;
- 5.1.7. prever que direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produto, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Administração Pública, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.2. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Administração Pública ou o acompanhamento da execução do contrato ou instrumento equivalente pela Contratante;
- 5.2.3. propiciar todos os meios necessários ao acompanhamento do contrato ou instrumento equivalente pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.4. manter, durante toda a execução do contrato ou instrumento equivalente, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.5. quando especificada, manter, durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para o fornecimento dos materiais de TIC;
- 5.2.6. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento dos materiais de TIC durante a execução do contrato ou instrumento equivalente;
- 5.2.7. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais, se houver, do fornecimento de materiais de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, email, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. A Administração Pública emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

Forma de execução e acompanhamento

Condições de Entrega

- 6.3. O prazo de entrega de bens é de até 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação formal do órgão, em remessa única.
- 6.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: BR 406, Km 145, Planalto - Ceará- Mirim-RN - CEP: 59570-000.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.5. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.6. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
 - 6.6.1. Ordem de Fornecimento de Bens;
 - 6.6.2. Ofício;
 - 6.6.3. E-mails.

Formas de Pagamento

- 6.7. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Acompanhamento Técnico

7.5. A Administração Pública, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº94, de 2022, acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.1. A Administração Pública anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o órgão emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. O responsável/setor técnico do objeto informará aos gestores, em tempo hábil, a situação que demanda decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. 4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o responsável/setor técnico comunicará o fato imediatamente aos gestores. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.5.5. O responsável/setor técnico do objeto comunicará aos gestores, em tempo hábil, o término da vigência da Ata de Registro de Preços, com vistas à renovação.

Acompanhamento Administrativo

7.6. A Administração Pública verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações, a Administração Pública atuará tempestivamente na solução do problema, adotando as providências cabíveis.

Crítérios de Aceitação

7.7. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.8. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de

comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.9. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.10. Todos os componentes internos do(s) equipamentos deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.11. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.12. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerando como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.13. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.14. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data da entrega da proposta.

7.15. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.16. Só haverá recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, se couber, sem custo adicional.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.17. As regras para os casos de inadimplemento na execução do objeto estão especificadas no edital da licitação:

7.18. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos que o Contratado:

7.18.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar atividades contratadas; ou

7.18.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento dos bens, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações de correntes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

- 8.10.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adicionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, do que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. A adjudicação será feita por Lote/Grupo de itens quando aplicável, enquanto a contratação de itens isolados ocorrerá por preço unitário.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

9.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta aquisição.

9.25. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.25.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.25.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.25.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.25.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.25.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 885.443,90 (Oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico Preliminar.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil (Art. 17 do DECRETO Nº11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023)

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência - Compras de TIC - Modelo AGU - Versão Final

Assunto: Termo de Referência - Compras de TIC - Modelo AGU - Versão Final
Assinado por: Roberto Camilo
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Roberto Cesar Barros Camilo, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 11/10/2024 10:24:26.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/10/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1930653
Código de Autenticação: 019c3297b4

